



DO TERRITÓRIO INSTITUÍDO AO TERRITÓRIO INSTITUINTE DO SER TRAVESTI: ALGUMAS RE- FLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

■ MARCIO JOSE ORNAT

RESUMO

O OBJETIVO DESTES TEXTOS É EVIDENCIAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM DURANTE O TENSIONAMENTO ENTRE A TEORIA DISPONÍVEL E UTILIZADA NO BALIZAMENTO DO OLHAR CIENTÍFICO GEOGRÁFICO, SOBRE OS CAMPOS DAS PESQUISAS: *AUSÊNCIAS E SILÊNCIOS DO DISCURSO GEOGRÁFICO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTERDITO*, E *TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO E A INSTITUIÇÃO DO SER TRAVESTI NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PARANÁ*, AMBAS DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE ESTUDOS TERRITORIAIS/GETE–UEPG¹. A SOCIALIZAÇÃO DOS DADOS ENTRE ESTES DOIS CAMINHOS PRODUZIU ANÁLISES MAIS RICAS, A PARTIR DAS DISTINTAS POSICIONALIDADES ENTRE SUJEITO PESQUISADOR E PESQUISADO. A PARTIR DA TRIANGULAÇÃO TANTO DOS TRABALHOS DE CAMPO COMO DE SEUS RESULTADOS, PÔDE-SE PROMOVER A CRÍTICA ÀS ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS, POIS A ATIVIDADE DA PESQUISA NÃO ESTÁ APENAS RELACIONADA À APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS CONCEITOS, MAS DE SEU BATIMENTO NA VIDA COTIDIANA. SEGUNDO ESTE POSICIONAMENTO, PARTIMOS DE UM TERRITÓRIO COMO ESPAÇO APROPRIADO POR RELAÇÕES DE PODER, INSTITUINDO POSIÇÕES DE *INSIDER/OUTSIDER*, A UM TERRITÓRIO QUE É SIMULTANEAMENTE INSTITUÍDO E INSTITUINTE DO PODER DAS PESSOAS, E DAS PESSOAS QUE SE RELACIONAM A PARTIR DESSE PODER. UM TERRITÓRIO CONSTITUÍDO POR SEPARAÇÃO/CONEXÃO ENTRE *EU* E *OUTRO*, ENTRE O CENTRO E A MARGEM DE RELAÇÕES DE PODER.

PALAVRAS-CHAVE: GEOGRAFIA; TERRITÓRIO INSTITUÍDO/INSTITUINTE; TRAVESTI.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS _____

A formação de um pesquisador e de suas escolhas teóricas e metodológicas reflete uma teia complexa de relações e identidades, que compõe uma história que simultaneamente é singular e coletiva, feita através da vivência cotidiana do pesquisador. As trajetórias e as possibilidades de questões que um pesquisador faz à realidade estão

profundamente arraigadas em sua construção como ser humano. Este caminho, que é instituído no andar, foi comungado por um grupo de pessoas que, desde o ano de 2003, estabeleciam relações de identidade teórica e de solidariedade, através da vivência cotidiana do Grupo de Estudos Territoriais GETE/UEPG. Estas atividades envolviam leituras e reflexões sistemáticas, além

de trabalhos de campo triangulados. A reflexão que agora apresentamos nasceu desta vivência, nas inquietações do grupo frente às relações entre Geografia, Gênero e Sexualidade, relações estas constituídas por uma dimensão espacial muito clara.

Este texto nasceu do *feedback* de dois eixos de pesquisa, um orientado às questões envolvendo as *Ausências e silêncios do discurso geográfico: a produção do espaço interdito*², e outro buscando compreender o *Território da prostituição e a instituição do ser travesti na cidade de Ponta Grossa - Paraná*³. Estes dois caminhos relacionam-se às espacialidades conflituosas e complementares de pessoas que não se enquadram em um dos lados da bipolaridade masculino/feminina: *a travesti*. Assim, o objetivo deste texto é evidenciar as transformações que ocorreram durante o tensionamento entre a teoria disponível e utilizada no balizamento do olhar científico geográfico sobre os campos de pesquisas e de como este contradisse a teoria até então utilizada, provocando novos posicionamentos teóricos.

Na Geografia Brasileira, a abordagem envolvendo o grupo focal das travestis se coloca como um desafio, tendo visto o pequeno número de trabalhos, tanto em formato de publicação⁴, como produzidos nos programas de pós-graduação em Geografia⁵. No âmbito dos eventos geográficos, alguns espaços têm se aberto para estas discussões, como por exemplo, os encontros da ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia - e do NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura/ UERJ. Mas esses exemplos são escassos, frente ao total de eventos com ocorrência anual no Brasil. Devemos aceitar este desafio como pesquisadores, considerando as possíveis relações entre Gênero,

Sexualidade e Espaço, pois como dito por Cosgrove: "a Geografia está em toda parte".

Temos um outro panorama na produção geográfica internacional, como tratado por Silva (2007). A autora, ao abordar os estudos realizados por geógrafas/os feministas, chama a atenção para a vertente geográfica internacional denominada *queer*,⁶ que tem revigorado a capacidade reflexiva da geografia, introduzindo novos questionamentos. Segundo a sua reflexão, as principais influências estariam localizadas na obra de Michel Foucault, nas propostas realizadas por Teresa de Lauretis, Judith Butler e Dona Haraway. Os principais reflexos destas produções seriam visíveis nas obras de Clare Lewis, David Bell, Gill Valentine, Gillian Rose, Jon Binnie, Linda McDowell, Nigel Thift e Steve Pile.

Buscando contribuir para esta reflexão no Brasil, elegemos justamente o grupo que desafia as explicações simplistas e complexifica a ordem estabelecida entre sexo, gênero e desejo. Apesar da norma da língua portuguesa tratar a palavra como relativa ao sujeito masculino, mantemos neste texto o termo travesti no feminino, a fim de respeitar a identidade do grupo. São seres que possuem uma fisiologia masculina, mas relacionam-se com o mundo a partir do gênero feminino.

A explicação que apresentamos anteriormente tem por função delimitar minimamente o grupo focal, pois se sabe das polêmicas em torno das categorizações de corpos que não estão localizados nos pólos masculino ou feminino. Longe de resolver tal questão, utilizamos o termo travesti para nomear pessoas que assim se identificavam e que, em sua maioria, estavam envolvidas com a atividade da prostituição em Ponta Grossa – Paraná.

Segundo Peres (2005), as reflexões sobre as identidades sexuais e de gênero têm superado a visão orientada pela biomedicina, que dava sentido ao discurso heteronormativo. Tais estudos que abordam a expressão de identidades sexuais e de gênero têm sido intermediados pela compreensão histórica, social e cultural e, para nós geógrafos/as, também espaciais e/ou territoriais. Outra questão que instigou nosso interesse pelo grupo foi o fato da intrínseca relação entre identidade sexual/de gênero e espaço, como apontada por Louro (2001). Para a autora, as minorias sexuais – em relação ao nosso interesse o grupo das travestis – teriam como táticas de sobrevivência a ocultação da sexualidade, ou a conversão do segredo e segregação. Sua estratégia seria, no caminho de uma politização, a conversão do estigma em orgulho e do gueto em território.

Assim, a socialização dos dados, entre estes dois caminhos, o *espaço interdito* e o *território da prostituição travesti*, produziu análises mais ricas, a partir da posicionalidade do sujeito pesquisador em relação ao sujeito pesquisado. A prática da triangulação dos resultados de campo possibilitou a confrontação dos caminhos percorridos, promovendo a crítica, não apenas às orientações metodológicas, mas teóricas, pois o ato de pesquisar não está relacionado apenas a uma ação não tensa de aplicação de modelos teóricos ou conteúdos programáticos de conceitos. Estes procedimentos também renovam a teoria, como visto em relação ao conceito de território trabalhado na Geografia Brasileira.

Para tanto, dividimos nosso texto em duas partes: na primeira buscamos fazer uma reflexão, sem ter a pretensão de esgotar o assunto⁷, sobre as

discussões envolvendo o conceito território; na segunda parte, demonstramos os novos caminhos acolhidos para a compreensão da relação entre território instituído e instituinte do ser travesti.

OS CONCEITOS INICIAIS: O TERRITÓRIO INSTITUÍDO COMO PRODUTO DA AÇÃO UNIDIRECIONAL *INSIDER/OUTSIDER*

O conceito de território tem se constituído como objeto de interesse da ciência geográfica pelo menos desde a sua origem, como disciplina institucionalizada na academia. Para Haersbaert (2004) este conceito possui uma característica de polissemia, apresentando-se em três vertentes principais: um *Território Político* – confundido muitas vezes com o Estado-Nação; o *Território Econômico* – relacionado a fonte de recursos; e o *Território Cultural* – uma apropriação e valorização simbólica de determinada porção do espaço.

Mesmo que existam estas claras orientações, o conhecimento científico, notadamente a Geografia e a Ciência Política, privilegiaram o conceito de território relacionado ao Estado-Nação, como denunciado por Souza (2000). Segundo o autor, o conceito de território nasce na Geografia Política, como um espaço que é apropriado e ocupado por um grupo social. Esta ocupação seria considerada como criadora de raízes e identidades. Seus limites não seriam imutáveis, mas cada espaço enquanto território seria território durante todo o tempo. Este fato teria referência com a questão de que só o tempo seria produtor de uma identidade socioespacial, identidade com o território e com o poder controlador deste território. Exemplo disso é a discussão feita por Friedrich Ratzel, em 1882, em *Anthropogeographie*⁸. Nesta obra, Ratzel

realizou uma reflexão relacionando a palavra território a sociedade, a moradia e a alimentação, a família e ao progresso. Segundo Ratzel, não poderíamos considerar o Estado mais simples sem seu território, da mesma forma que só poderíamos considerar o grupo mais simples junto ao território que lhe pertence, território visto como substrato, *o solo*, elemento de fundamental importância, exercendo influência sobre os grupos sociais, influência relacionada à localização dos recursos necessários à reprodução social. Mesmo que o autor teça comentários sobre a relação entre a família monogâmica e o território, e a *casa do clã* e o território, o crescimento de indivíduos unidos entre si por mais habitações, vilas e clãs, formariam um Estado-Nação. Como visto em suas palavras: "quando mais *genes* se ligam entre si com o objetivo de ataque ou de defesa, a nova unidade que se forma não é senão um Estado" (RATZEL, 1990, p. 77). Assim, a principal função do Estado seria, para Ratzel, a da proteção do território. Como frisado por Souza (2000), a territorialidade do Estado-Nação é naturalizada por Ratzel, não discutindo este o conceito de território. O que seus textos mostram é a utilização predominante de *solo* ao invés de território, demonstrando tal característica.

Em seu trabalho *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993) disserta sobre o território como um dos trunfos do poder, ao lado da população e dos recursos. O território seria, para o autor, um trunfo particular, "recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos" (1993, p. 60). O autor entendia que o espaço e o território não eram termos equivalentes. Em suas afirmações o território é

posterior ao espaço, formando-se a partir do espaço, como produto da ação de atores. O território seria espaço apropriado, espaço territorializado, marcado por relações de poder.

A origem da reflexão do conceito de poder, feita por Raffestin (1993), está em Foucault (1988). em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Raffestin (p. 53) elege cinco pontos de saliência na proposição de Foucault em relação ao poder:

- *O poder não é algo a ser adquirido, mas uma relação a ser exercida a partir de inúmeros pontos;*
- *Estas relações não são exteriores às relações econômicas, sexuais, de gênero, etc., mas emanando delas;*
- *O poder vem de baixo, não havendo oposição universal entre dominadores e dominados;*
- *Estas relações são intencionais e não subjetivas; e finalmente*
- *Onde há relação de poder há resistência... mas esta resistência não é exterior às próprias relações de poder.*

Mesmo que Raffestin receba críticas⁹ em relação a sua redução do espaço social ao espaço natural, e que coloque o território como sinônimo de espaço social, coisificando o território, integrando-o ao espaço social, vendo-o como um mero receptáculo às práticas sociais, Raffestin busca discutir o conteúdo programático do território, demonstrando preocupação em operacionalizar o conceito de poder a formar territórios. Outro crédito que devemos dar a Raffestin, é o fato de que o autor não relaciona a discussão do território exclusivamente ao Estado-Nação, como o fez Ratzel. Em sua proposta, o território seria produzido *do indivíduo ao Estado*, passando por todas as organizações. Em qualquer nível encontraríamos

atores produzindo território, apropriando-se do espaço. Assim, "em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios" (RAFFESTIN, 1993, p.152). Segundo o autor, falar de território é fazer referência à ideia de limite, de delimitação do espaço, isolar, separar, ou manifestar uma relação de força em uma área precisa e restrita. Limite não apenas entendido como linear, mas também a partir de seu ponto de vista zonal.

Seguindo caminho semelhante ao de Raffestin, Souza (2000), fazendo uma reflexão sobre *O território: Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*, afirma que há muito tempo o espaço vem sendo considerado como de fundamental importância na manutenção, na conquista e no exercício do poder. Contudo, um poder distinto ao de Raffestin, localizado na obra de Hannah Arendt, em *Da Violência*. Assim, o poder é visto como a habilidade de agir em acordo, não é propriedade de nenhum grupo, mas pertence a determinado grupo enquanto este se mantém unido. E mesmo que este elemento do território seja distinto ao de Raffestin, Souza vem afirmar que qualquer poder – considerando toda discussão da dimensão espacial do poder, de Sun Tzu, Michel Foucault, Paul Claval, Clausewitz e Ratzel – necessita de uma base territorial, por mais rarefeito e indireto que este referencial pareça.

Souza (2000) salienta que o interesse não estaria localizado nas características geológicas e ecológicas de determinada área, nem o que se produz ou quem produz em determinada área, afastando-se da já muito trabalhada tradição geográfica no tratamento do território, ou quais seriam as ligações afetivas de determinado grupo

social com seu espaço, como as abordagens realizadas em sua maioria pela Antropologia Urbana. Estes temas seriam de fundamental importância na compreensão da criação e manutenção dos territórios. O principal interesse de Souza neste momento é saber quem manda ou influencia e como manda e influencia esse território. Desta forma o território é visto como um elemento fundamental do exercício do poder.

As afirmações de Souza comportam elementos da reflexão de Raffestin (1993), mas o autor vai além. Para este, o território não deve ser unicamente reduzido às questões envolvendo o Estado -Nação, pois os territórios são construídos e desconstruídos nas mais variadas escalas espaciais, da rua aos territórios dos países membros da OTAN¹⁰... são constituídos e desconstituídos nas mais variadas escalas temporais, de séculos a horas... territórios podem ser permanentes ou cíclicos. Em suma, o território apresenta uma riqueza de situações. Portanto, o território é:

um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" (o grupo, os membros de uma coletividade ou "comunidade", os insiders) e os "outros" (os de fora, os estranhos, os outsiders). (...) Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (...). (SOUZA, 2000, p. 86-7).

Assim, o território é constituído na delimitação e apropriação do espaço. Uma ação possibilitada pela intermediação de relações de poder, a

instituição de um campo de força, a projeção espacial de relações sociais, delimitando *os de dentro* e *os de fora*, restringindo e excluindo pessoas e comportamentos. A partir da leitura dos autores, este território demanda constante manutenção, pois além de fruto das relações de poder, é base para elas. Estas demarcações não necessariamente devem ser formais, podendo existir de forma rarefeita e/ou simbólica. Mesmo divergindo em algumas questões, o território é aceito como pressupondo a existência de espaço-fronteira-poder.

Como visto, a organização binária estava presente no posicionamento científico adotado até então na compreensão do território, concebido como um espaço apropriado por um grupo social e delimitado por uma fronteira, formal ou não, fixa ou plástica, que estabelecia e reforçava a posição de *insider/outsider*. Assim, foi a partir do questionamento da ordem dual e bi-polar que foram redefinidas as concepções teóricas que embasavam nossos questionamentos.

A RECONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NA TENSÃO COM O CAMPO _____

Toda teoria é apenas uma aproximação da realidade, não é sua imagem refletida, mas resultado da (através) caminhada. A ciência geográfica esteve pautada, durante muitos anos, pelos métodos de investigação em que o pesquisador era um mero observador que revelava a 'verdade' contida na realidade, mantendo dessa forma a tão decantada neutralidade científica. Diferente desta concepção, acreditamos no fato de que o sujeito pesquisador interfere no sujeito pesquisado, ao passo que este lhe permite a reflexão, elaboração e re-orientação. Portanto, o conhecimento não

está em nenhum dos lados da relação, mas no processo (SUERTEGARAY, 1996).

Toda a trajetória realizada, tanto empírica quanto teórica, demonstra a situação de posicionalidade do pesquisador em relação ao sujeito investigado e suas experiências espaciais, propiciando o re-arranjo do conceito de território na exploração do grupo das travestis. Para que atingíssemos uma compreensão adequada deste fenômeno, buscamos cercá-lo a partir de uma triangulação propiciada pela vivência de mais de um ano com as travestis que retiram seu sustento da atividade da prostituição, através de uma parceria realizada com a Ong Renascer¹¹. Um dos campos esteve orientado à construção da dissertação¹², enquanto outro relacionado ao Protocolo de Pesquisa *Ausências e silêncios do discurso geográfico: a produção do espaço interdito*. A orientação central deste trabalho, era compreender como o espaço constitui-se em elemento de tensionamento da reprodução da matriz normativa de gênero em Ponta Grossa - PR. Desta forma, enquanto uma das pesquisas evidenciava os espaços interditos aos sujeitos travestis e, portanto, sua invisibilidade, relacionada ao protocolo de pesquisa, a outra enfocava a única possibilidade socialmente permitida de sobrevivência dessas pessoas, ou seja, os espaços de prostituição.

A triangulação das informações foi fundamental na constatação de que a mesma sociedade heteronormativa, que exclui as travestis dos espaços de convivência social e promoção da cidadania durante o dia, possibilita a criação dos territórios da comercialização de práticas sexuais durante a noite. O poder normativo, tal qual proposto por Foucault (1988), não produz a

simples contraposição entre dominados e dominantes, mas complexidades existenciais e, portanto, espaciais.

Assim como os geógrafos Jon Binnie e Gill Valentine (1999), compreendemos que o ser travesti se constitui no estar no mundo, e isso é essencialmente espacial, pois viver implica ações, práticas, relações que se realizam numa dimensão concreta. Contudo, o estar no mundo significa relacionar-se com outros modos existenciais, fundamentalmente diferentes do ser travesti e, nesse sentido, o poder coloca-se como ponto essencial. A partir desse foco, o caminho conceitual seguro para compreender a vivência do grupo de travestis que investigávamos nos levou a adotar o território como ferramenta conceitual central. Contudo, de qual território falávamos?

A VISIBILIDADE DA CIDADE TEXTO TRAVESTI E O ESPAÇO

PARADOXAL

As colocações realizadas por James Duncan (1990) em sua obra *The city as text* constituem-se como fonte de inspiração para o prosseguimento das proposições teóricas e metodológicas. A análise do espaço de Duncan (1990) vai além de suas apresentações materiais, considerando-o como um sistema de significados, assim como uma linguagem expressada em um texto, sendo depositária e transmitindo informações. Para o autor a "paisagem/texto" é um discurso, uma organização social que se faz compreensível. É por este meio que as práticas sociais são comunicadas, negociadas e desafiadas. Esta ação permite um conjunto de recursos e limites, dentro de certas orientações de discurso e prática, que são vistas como aparentemente naturais. Esta naturalidade e a

dimensão espacial da sociedade é, para James Duncan, o resultado de um conjunto de embates e lutas entre os grupos sociais.

As interpretações das informações, que são disseminadas através da paisagem/texto, dependem dos sujeitos que atuam no processo de recepção e interiorização da informação que, por sua vez, é determinado e determinante dos valores culturais. O autor nos proporciona a compreensão de uma trama de relações em vários sentidos, na análise espacial, privilegiando o ato criativo dos sujeitos sociais através de sua leitura e interpretação, evidenciando tanto as interações entre diversos grupos quanto a grande dificuldade de interação interpretativa do espaço entre grupos que não participam dos mesmos códigos culturais. Esse autor cria uma abordagem política do espaço, afirmando que este embate deve constituir parte da análise de como a vida social é organizada, e de como as relações de força que a compõem são constituídas, reproduzidas e contestadas. Importante, a nosso ver, é o conceito de 'intertextualidade', que se refere às inter-relações de textos que se entrecruzam, instituintes e instituídos da "cidade texto".

Assim, a cidade texto do geógrafo James Duncan define-se numa dinâmica relacional e processual entre sistema de significados e práticas que se transformam mutuamente ao longo do tempo. Os seres humanos são agentes de mudança social e, portanto, espacial. Ao considerar o aspecto da intertextualidade, o autor incorpora a construção de diferentes significados de um mesmo objeto, assim como apresenta seus contrastes e assimilações e, além disso, admite que haja uma conjugação de forças que agem sobre a produção

simbólica do espaço, considerada enquanto forma de conhecimento que orienta as ações cotidianas. Esta proposta geográfica é aberta aos paradoxos, à pluralidade e, até certo ponto, provoca a 'desordem' do discurso geográfico calcado na objetividade material do espaço e nas interpretações hegemônicas. É uma fonte importante de reflexão, pois a partir da apreensão da cidade enquanto um texto, que é produzido por 'intertextualidades', abre-se a possibilidade de tornar visíveis outros textos não hegemônicos, e sua dimensão espacial, propiciada através do trabalho científico, constitui a visibilidade de grupos tradicionalmente inexpressivos na Geografia, como o grupo das travestis que retiram seu sustento da atividade da prostituição. Assim, como James Duncan, a pesquisa concebe o espaço da prostituição travesti como mais um texto urbano que é lido e interpretado por sujeitos que têm seus próprios textos. Os múltiplos textos co-existem, interceptam, conectam, sobrepõem ou justapõem uns aos outros, construindo tramas de múltiplas dimensões e escalas.

Adotamos a postura de construir a visibilidade do texto urbano produzido pelas travestis. É importante lembrar que este é um texto à margem do poder hegemônico, mas, paradoxalmente, em relação àqueles que mantêm a hegemonia. Emerge desta posição o argumento de que o território da prostituição travesti é instituído pelo grupo, mas, simultaneamente, o território é instituidor dos sujeitos que exercem suas performances identitárias através desta territorialidade específica.

O sentido atribuído ao território, simultaneamente instituído pelos sujeitos e instituinte dos sujeitos, é paradoxal e não

reprodutivista. Há uma invenção constante do território e do sujeito no desempenho das performances travestis que recriam e subvertem os ideais de gênero, entendido como o conjunto de idéias que cada cultura específica constrói em relação ao que é ser homem ou mulher. Isso porque, embora as travestis visivelmente afrontem a linearidade entre sexo, gênero e desejo, elas também são fruto e constroem a mesma sociedade heteronormativa que as refuta.

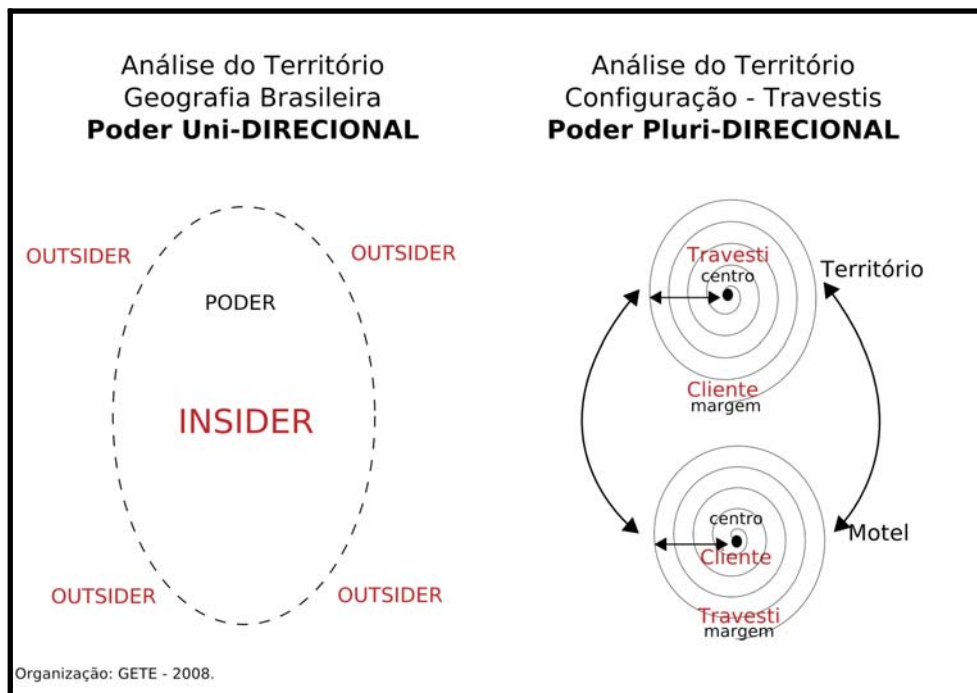
Os caminhos adotados para sustentar o argumento proposto estão apoiados na geógrafa Gillian Rose (1993) em sua teoria do espaço paradoxal. Para esta geógrafa o 'espaço paradoxal' constitui-se de múltiplas teias de sociabilidade, cada uma com suas próprias espacialidades e o território pode ser uma delas. As teias podem se interceptar, serem autônomas ou complementares, ou mesmo contraditórias. Todavia, estão em constante movimento.

Abordando o trabalho de Gillian Rose (1993), Silva (2005) argumenta que o conceito de espaço paradoxal permite a construção da visibilidade de grupos sociais não hegemônicos. Os grupos periféricos só alcançam visibilidade se observados segundo seus espaços de luta e resistência, e, em relação à nossa questão, através do território da prostituição travesti, na contradição ao discurso hegemônico-normativo. Valorizando o espaço, Rose visualiza o urbano como formando e sendo formado por teias multidimensionais de sociabilidades, cada uma com suas próprias espacialidades. A principal cena desta construção seria a multiplicidade de relações entre estas teias: teias que se interceptam, que se complementam, que se contrapõem, ou autônomas. Essa característica atribui a cada teia um

constante movimento de transformação espaço-tempo. O espaço, desta forma, é desconstruído e construído cotidianamente, e 'potencialmente' subvertido pela possibilidade do novo criativo. Desta forma, o *espaço paradoxal* de Rose abre-se como uma possibilidade de transformação. Este é constituído por várias articulações e dimensões. A principal ideia é de que cada pessoa é múltipla, constituída por múltiplos elementos espaço-identitários. Esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo potencialmente mudar

a posição dos atores entre centro e margem, devido à plurilocalização dos indivíduos, compreendidos sempre como separados/conectados.

Devido ao fato de cada indivíduo estar inserido em múltiplas teias socioespaciais, as relações de poder entre centro e margem de cada rede é permanentemente tensionado. Um mesmo indivíduo pode ocupar uma posição periférica em uma das teias da rede e obter uma posição central em alguma outra teia de relações de forças. Essas ideias podem ser vistas no tipo ideal abaixo:



Como visto acima, de forma distinta ao conceito de território tratado como uma atividade de inclusão e exclusão, a vivência espacial das travestis nos mostra uma configuração distinta, incluindo o cliente no território, mas de forma periférica nas relações de poder. Esta relação de centro e margem também ocorre com outros grupos sociais que as travestis se relacionam, como moradores, policiais, transeuntes,

outros profissionais do sexo, etc. Contudo, na relação com o cliente, a travesti, através do território da prostituição, representa o centro do poder, porque é através de seus comportamentos corporais que desperta o desejo do sujeito - cliente, representado acima como margem da configuração do poder, já que ele a procura para viver o prazer interdito pela sociedade heteronormativa.

Este cliente faz parte da sociedade que as exclui, mas, simultaneamente, compõe o território da prostituição travesti numa situação de subordinação. Além de temer ser identificado vivendo uma sexualidade disparatada, o cliente deve contratar o preço e os serviços que envolvem o programa, embora possua vantagens monetárias. Todavia, depois do contrato firmado, ocorre o deslocamento dos corpos para locais privados onde as travestis deixam a centralidade da configuração de poder e, muitas vezes, tornam-se vítimas da violência de seus clientes. Assim, o deslocamento da mesma configuração para outros espaços reposiciona os sujeitos e, portanto, o espaço segregado a que estão submetidas é, contraditoriamente, um elemento ativo na composição do poder da travesti.

Após esta mediação da experiência travesti, passamos a conceber o território composto de um poder multidirecional, intercambiado entre os sujeitos que compõem a configuração que dá sentido à apropriação espacial. Portanto, argumentamos que território se institui de pluri-localizações dos sujeitos que não são fixos em suas posições de centro e margem, mas constantemente tensionados.

As configurações podem ser inúmeras, porque os sujeitos se constituem na relação com os outros sujeitos, e em situações socioespaciais que podem trazer vantagens e desvantagens, dependendo das características das forças colocadas em tensão. Foucault (1988, p. 104) adverte sobre a mobilidade das relações de poder, pois "o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis".

A concepção foucaultiana de poder é a base deste pensamento, entendendo o poder como prática discursiva impregnada de espaço, não existindo em algum lugar ou em alguma coisa, mas produzido por relações sociais, pois:

A idéia de que (o poder) existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa, e que em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na verdade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. (FOUCAULT, 1988, p. 248).

Se o poder é um feixe de relações, ele existe na experiência cotidiana dos sujeitos vivos e estes, vivem concretamente através das suas espacialidades. Este argumento é um dos pilares da proposta de Gillian Rose já que ela, tal qual Foucault, compreende "que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (FOUCAULT, 1988, p. 105). Esta noção de resistências plurais a que se refere Foucault está na idéia de resistência sustentada pela geógrafa Gillian Rose quando ela atrela a possibilidade de mudanças às plurilocalizações dos sujeitos, às multidimensões das relações e à falsa idéia de que existe uma passividade frente ao poder hegemônico da heteronormatividade. Assim, há brechas e fissuras a serem rompidas e, portanto, revelações dos paradoxos do poder estabelecido. É nesse sentido que invocamos o espaço paradoxal já que

acreditamos que o texto urbano construído pelas travestis é uma complexa vivência entre interdições espaciais e resistências que se transformam em territórios. De uma situação de indivíduos de restritas espacialidades é que elas criam forças potenciais de desestabilização das normas heterossexuais, a partir de performances territoriais.

O DUPLO VÍNCULO ENTRE TERRITÓRIO DA PROSTITUIÇÃO E O SER TRAVESTI _____

A experiência espacial das travestis desenvolve-se marcada por interdições e práticas de apropriação de determinados espaços do urbano por um período de tempo. É nesses espaços apropriados que elas conseguem impor condutas consensuadas no grupo e desta forma, instituem os territórios da prostituição travesti. É apenas na prática da prostituição que elas conseguem um tipo de organização grupal capaz de ser reconhecida e identificada socialmente. Embora haja organizações não governamentais em que a participação das travestis ocorre, a visibilidade do grupo é constituída pelos espaços apropriados pela atividade da prostituição.

Na exploração do campo de pesquisa do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), a pesquisa direcionada à interdição dos espaços obtinha, quase por unanimidade, a frase: *as travestis não têm espaço para viver na cidade*. A outra pesquisa sobre o território da prostituição nos levava a crer que havia sim um espaço das travestis que lhes é significativo, capaz de dar sentido à sua existência, já que a frase *se aprende a ser travesti na rua* tornou-se paradigmática. Do confronto entre as duas pesquisas do grupo foi possível evidenciar este paradoxo: é através da

interdição à existência das travestis na sociedade heteronormativa que elas resistem na atividade da prostituição, provocando desejos e fantasias sexuais proibidos pela moral cristã ocidental, mas, mesmo assim, reais e concretamente vividos estrategicamente no escuro da noite e no silêncio cúmplice entre travestis e clientes.

O confronto entre o saber sobre o espaço urbano produzido pelas travestis e o saber acadêmico formal produziu novas perspectivas e leituras da cidade. Nós, enquanto pesquisadores posicionados fora do grupo focal, concebíamos o território numa diferenciação entre o grupo de travestis na atividade de prostituição e os outros que não compartilhavam dos mesmos valores e atividades. Esta posição da manifestação de limites de fronteiras entre grupos, e da expressão material do fenômeno da prostituição, foi derrubada pelo saber das travestis, nos colocando um questionamento sobre a constituição das categorias opostas *outsider e insider*.

A relação com o grupo nos possibilitou construir o argumento de que é justamente a força da interdição socioespacial que possibilita o fortalecimento do território da prostituição travesti, já que este é o único espaço que lhes possibilita reconhecimento social. Nesse sentido, exclusão e apropriação espacial não se anulam em campos oposicionais, pelo contrário, entrelaçam-se e complementam-se constituindo um território que é multidimensional.

Outro argumento, construído da interação do saber científico com o saber travesti às nossas bases conceituais, se relaciona ao poder. Inicialmente, nós concebíamos o poder atrelado às práticas do grupo para a manutenção do território frente a

outros grupos no sentido *insider X outsider*. Entretanto, o território da prostituição travesti existe na medida em que ele contempla a relação da comercialização dos serviços sexuais, que se dá entre a travesti e o cliente. Isso implica uma prática que envolve centro e margem de uma configuração de poder que se apropria do espaço e o torna território. Este feixe de relações, para utilizar os termos de Foucault (1998) é móvel, instável e transitório. É justamente na composição da configuração travesti/cliente/espaço que, tensionadas, criam possibilidades de novas posições entre os sujeitos. O território adotado para esta reflexão se institui de plurilocalizações dos sujeitos que não são fixos em suas posições de centro e margem.

Durante a fase de construção do modelo de análise deste caminho, nos foi possível perceber que o território da prostituição travesti, além de lhes garantir a sobrevivência econômica, era um importante elemento fundante de sua subjetividade. Constatação confirmada por Linda McDowell (1999), de que o espaço não é inerte, ou um recipiente para a ação social, mas um elemento importante na constituição das identidades dos sujeitos, e por Souza (2000), afirmando que o território de um grupo funciona como um suporte material de existência, um catalizador simbólico e cultural. Enfim, foi a partir da frase paradigmática do grupo, que é através do território que as travestis se tornam travestis, oriunda da compreensão da experiência espacial do grupo focal, que re-articulamos nossas bases conceituais e pudemos afirmar que o território é elemento ativo na construção da subjetividade travesti e da constituição da sua identidade coletiva.

Assim, território e sujeito constituem uma relação de interdependência. Mais uma vez o saber das travestis nos levou a ultrapassar a concepção de que o território é resultado da dinâmica de relações dos sujeitos e, sendo assim, considerado um elemento passivo. Pelo contrário, afirmamos que o território institui a existência identitária do sujeito travesti assim como é por ela instituído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____

Nosso conceito inicial referenciava-se ao entendimento de um território como área definida e delimitada por, e a partir de, relações de poder; um espaço apropriado por um grupo social e delimitado por uma fronteira que estabelecia e reforçava a oposição de *insider/outsider*, um processo de inclusão e exclusão de objetos, indivíduos e ações. Entretanto, a posicionalidade dos pesquisadores em relação ao grupo focal, com suas experiências espaciais, possibilitou o re-arranjo do conceito do território na exploração do campo, na relação com as travestis envolvidas com a atividade da prostituição. O território permanece sendo constituído por relações de poder que hierarquizam pessoas, mas não em relações de *insiders e outsiders*. Um território que é instituído por relações de poder, mas que simultaneamente institui o poder das pessoas e as pessoas envolvidas com as relações de poder. Um território que proporciona a existência de pessoas com práticas sexuais não correspondentes à norma heterossexual. Um território feito por separação/conexão entre *eu e outro*, entre centro/margem, em constante movimento. Território que é altamente transitório, assim como o corpo, o sexo, o gênero e o desejo.

Notas

- ¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná.
- ² Protocolo de Pesquisa coordenado pela Dr^a. Joseli Maria Silva/UEPG.
- ³ ORNAT, Marcio Jose. **Território da Prostituição e Instituição do Ser Travesti em Ponta Grossa – Paraná**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008, 161 f.
- ⁴ Alguns trabalhos colocam-se frente a temáticas consagradas e dignas de discussão acadêmica, como visto em CAMPOS (2000), RIBEIRO (1997), VILLALOBOS (1999), entre outros.
- ⁵ Para maiores aprofundamentos ver: ANDRADE, 2000; COSTA, 2002; MIRANDA, 2004; SOUZA, 2005; ALMEIDA, 2005; NABOZNY, 2008; ORNAT, 2008. Fonte: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html> e <http://bdttd.ibict.br/bdttd/busca/re.jsp>
- ⁶ O pensamento acadêmico *queer* foi desenvolvido a partir de uma contestação ao movimento social homossexual norte-americano de caráter conservador que privilegiava a representação do homem branco, homossexual, de classe média alta e excluía a diversidade presente no movimento de luta pela liberdade sexual, também composto por não brancos, travestis, lésbicas e transexuais, etc. Estes pensadores comungam com a ideia de que a heteronormatividade deve ser questionada, afirmando a não linearidade entre sexo-gênero-desejo, pois as identidades são instituídas a partir de ilimitadas configurações, elementos em permanente transformação e sempre abertos ao novo. Mas, o termo *queer* pode ser usado como insulto aos homossexuais.
- ⁷ Devido ao *range* de discussões envolvendo o conceito de território, optamos por aquelas mais próximas às nossas linhas de investigação. Entretanto, outros caminhos podem ser vistos em CLAVAL (1999), MAFFESOLI (2001), NEWMAN (2008), PAASI (2008), SACK (1986).
- ⁸ Utilizamos para esta reflexão a obra RATZEL, organizada por Antonio Carlos Robert Moraes, publicada pela Editora Ática, em 1990.
- ⁹ Para maior aprofundamento ver Souza (2000).
- ¹⁰ Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- ¹¹ A ONG é uma instituição que atua na luta pelos direitos humanos. Realiza ações para combater e prevenir doenças sexualmente transmissíveis junto às profissionais do sexo, gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais em Ponta Grossa – Paraná.
- ¹² ORNAT (*Op. cit.*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciana Rachel Coutinho de. **Do centro às margens e das margens ao poder: um olhar geográfico sobre os territórios da prostituição feminina na avenida Conselheiro Aguiar, Boa Viagem/Recife – PE**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Pernambuco, Recife, Pernambuco.

ANDRADE, Elisabete de. **O local e o cotidiano: o caso da zona grande de Belo Horizonte**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais.

BINNIE, Jon.; VALENTINE, Gil. Geographies of sexuality – a review of progress. *Progress in Human Geography*. 23,2 (1999) pp. 175-187.

CAMPOS, Heleniza. Permanência e Mudança no Quadro de Requalificação Espacial de Cidades Brasileiras: O Caso das Territorialidades do Sexo na Área Central do Recife. In: *Revista Território*. Nº 09, Rio de Janeiro, Jul/Dez 2000.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: *Geographia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Niterói/RJ, UFF/EGG, ano 1 – nº2, 1999.

COSTA, Benhur Pinos da. **A condição homossexual e a emergência de territorializações**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

DUNCAN, James. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 229 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

HAERSBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Queer Theory: A Post-Identity Politics for Education. *Revista Estudos Feministas*, 2001, vol.9, no. 2, p.541-553. ISSN 0104-026X.

MAFFESOLI, Michel. Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 77 - 104.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. 284 p.

MIRANDA, Leonardo dos Passos. **Rio de Cinema – Made in Brzil, Made in Everywhere: o olhar norte-americano construindo e singularizando a capital carioca**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

NABOZNY, Almir. **A complexidade espacial da exploração sexual infanto-juvenil feminina: entre táticas e estratégias de (in) visibilidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa. PR.

NEWMAN, David. Boundaries. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerrd. **A companion to Political Geography**. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2008, 494 p.

ORNAT, Marcio Jose. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa PR**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa. PR.

PAASI, Anssi. Territory. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerrd. **A companion to Political Geography**. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2008, 494 p.

PERES, Wilian Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. 2005. 201 p. Tese de Doutorado – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, 269 p.

RATZEL, Friedrich. *Ratzel – Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990, 199 p.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. *Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993. 205 p.

SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. New York – USA: Cambridge University Press, 1986, 256 p.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perspectiva de gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

_____. A produção do espaço interdito da experiência cotidiana do sujeito transgênero. In: *Texto apresentado no VII Encontro Nacional da ANPEGE*, Realizado na UFF, Niterói, entre os dias 24 a 27 de setembro de 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-115.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. In: *Texto apresentado no Colóquio "O Discurso Geográfico na Aurora do Séc. XXI"*. Florianópolis, 27 a 29 de novembro de 1996. s/p.

VILLALOBOS, Jorge Guerra. Geografia e Sexo: Os Discursos e Práticas no Território Brasileiro. In: *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, N° 45 (53). 1º de Agosto de 1999. ISSN 1138-9788.

ABSTRACT

THE PURPOSE OF THIS TEXT IS TO HIGHLIGHT THE CHANGES THAT OCCURRED DURING THE TENSION BETWEEN AVAILABLE AND USED THEORY IN BOLLARDING GEOGRAPHICAL SCIENTIFIC LOOK, UPON THE FIELD OF RESEARCHES: *ABSENCES AND SILENCES IN GEOGRAPHIC SPEECH: THE PRODUCTION OF PROHIBITED SPACE*, AND *TERRITORY OF PROSTITUTION AND THE INSTITUTION OF TRANSVESTITE BEING IN THE CITY OF PONTA GROSSA-PARANÁ*, BOTH DEVELOPED BY THE GROUP OF TERRITORIAL STUDIES/GETE-UEPG. THE SOCIALIZATION OF DATA BETWEEN THESE TWO PATHS PRODUCED RICHER ANALYSES, FROM DIFFERENT POSITIONAL ASPECTS BETWEEN RESEARCHERS AND SUBJECT SEARCHED. FROM THE TRIANGULATION OF BOTH THE FIELDWORK AND ITS RESULTS, CRITICISM COULD BE PROMOTED ON THEORETICAL AND METHODOLOGICAL GUIDELINES, AS THE ACTIVITY OF RESEARCH IS NOT ONLY RELATED TO IMPLEMENTATION OF PROGRAMMATIC CONTENT OF THE CONCEPTS, BUT TO ITS APPLICATION IN EVERYDAY LIFE. FROM THIS POSITION, STARTING FROM THE CONCEPT OF TERRITORY AS AN AREA SUITABLE FOR POWER RELATIONS, ESTABLISHING POSITIONS OF *INSIDER/OUTSIDER* TO A TERRITORY THAT IS BOTH ESTABLISHED AND INSTITUTING OF POWER OF PEOPLE, AND THOSE THAT RELATE FROM THAT POWER. AN AREA CONSISTING OF SEPARATION/CONNECTION BETWEEN ME AND SOMEONE ELSE, BETWEEN THE CENTRE AND THE MARGIN OF POWER RELATIONS.

KEY WORDS: GEOGRAPHY; ESTABLISHED/INSTITUTING TERRITORY; TRANSVESTITE.